



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

27 de julho 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADISC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 27/07/12
Assunto: Mais cortes		Página: Online



[Pelo Estado]

Mais cortes

O anúncio feito pelo governo do Estado, suspendendo até 31 de dezembro de 2012 "todos os atos administrativos que impliquem aumento de despesa da folha de pagamento do Estado nos órgãos da administração direta, autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro estadual", não deve interferir nas negociações da Secretaria de Educação com os professores públicos estaduais. A avaliação é da presidente do Sinte-SC, Alvette Pazin Bedin. "Estamos em mesa de negociação, esperando que o governo apresente uma proposta de aplicação do valor do Piso Nacional do Magistério", disse. O coordenador executivo de Negociação e Relações Funcionais do Estado, Décio Vargas, também não vê possibilidade de esta resolução, especificamente, interferir na negociação com os professores. Mas alertou que estão sendo feitos cálculos considerando a queda de receita do Estado. "O que temos em andamento agora são estudos para verificar o impacto dessa queda e quais os encaminhamentos possíveis." Na próxima segunda-feira (30), o Sinte-SC terá nova reunião de diretoria para analisar os caminhos da negociação e para discutir o que vai apresentar à categoria na Assembleia marcada para o dia 15 de agosto. O secretário de Estado da Fazenda, Nelson Serpa, informou que as medidas anunciadas são necessárias "em razão da desaceleração da economia e consequente queda na arrecadação de ICMS".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADI SC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 27/07/12
Assunto: Pronatec Rural		Página: Online



Pronatec Rural O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Senar-SC), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, está promovendo cursos do Pronatec para estudantes da rede estadual. Serão 30 turmas e cinco começam na segunda (30): horticultura (Angelina), duas de equideocultura (Aranguá) e duas de bovinocultura (Dionísio Cerqueira e em São José do Cedro).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Câmara dos Deputados	Editoria: Notícias	Data: 27/07/12
Assunto: Pec cria bônus para estimular professor a atuar em sala de aula		Página: Online



PEC CRIA BÔNUS PARA ESTIMULAR PROFESSOR A ATUAR EM SALA DE AULA

Para ter direito ao bônus os docentes terão que ser aprovados previamente em exame de qualificação, realizado a cada ano pelo Ministério da Educação

A Câmara analisa proposta que altera o texto constitucional para criar o Fundo Nacional de Valorização do Professor da Educação Básica, destinado exclusivamente ao pagamento de bônus aos docentes da rede pública que efetivamente estejam exercendo o magistério em sala de aula.

Conforme a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 188/12, do deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), a medida será incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e valerá por 30 anos.

Pelo texto, o fundo será formado gradativamente com uma porcentagem do total arrecadado pela União com impostos, deduzidos os montantes das transferências constitucionais para estados e municípios e as receitas vinculadas. Após as deduções, no primeiro ano serão repassados para a composição do fundo 8,75 % do montante arrecadado pela União. No segundo e no terceiro anos, serão destinados respectivamente 17,50% e 26,25%, chegando-se finalmente a 35% % do total arrecadado a partir do quarto.

“O investimento público permanente e crescente em educação criará condições necessárias para inserir definitivamente o País entre as nações desenvolvidas”, argumenta o autor, ao afirmar que o Brasil não tem conseguido manter investimentos na área do ensino e da pesquisa compatíveis com esse objetivo, em especial na questão salarial dos professores da educação básica.

Para ter direito ao bônus os professores terão que ser aprovados previamente em exame de qualificação, realizado a cada ano pelo Ministério da Educação. O valor individual do bônus será o resultado da divisão dos recursos disponíveis no fundo pelo total de professores aprovados no exame de qualificação, até o limite mensal de dois pisos salariais nacionais.

Tramitação

A PEC será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania quanto a sua admissibilidade. Se aprovada, será examinada por comissão especial e votada em dois turnos pelo Plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Estado de Minas	Editoria: Editorial	Data: 27/07/12
Assunto: Mais recursos para educação		Página: Online



EDITORIAL: MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO

"O PNE não tem um bom diagnóstico de nossos grandes problemas na área educacional, quais sejam a má qualidade do Ensino Fundamental, as dificuldades do Ensino Médio e a baixa taxa de escolarização do Ensino Superior", afirma jornal

Depois de uma longa discussão, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o Plano Nacional de Educação (PNE), que terá a duração de 10 anos. O principal destaque do plano é a meta de gastos com Educação no montante de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), a ser atingida ao fim do PNE, sendo 7% em cinco anos. Isso significa dobrar os atuais gastos públicos com Educação, que se situam em 5% e constitui-se num importante reforço para aqueles que acham que a Educação é o principal gargalo para o desenvolvimento econômico. No entanto, algumas dificuldades podem aparecer na sua execução. A primeira é que os investimentos públicos referem-se aos gastos das três esferas, municipais, estaduais e federal. Nada é dito acerca da responsabilidade de cada uma delas, o que preocupa especialmente no caso dos municípios e estados, que já têm a obrigação constitucional de gastar pelo menos 25% de sua receita tributária líquida neste setor. Um sintoma das dificuldades financeiras desses dois níveis de governo é que muitos já declararam não ter como pagar o piso nacional de salários para os Professores de sua rede.

A segunda refere-se ao fato de que até hoje nada foi dito sobre de que setores serão transferidos os recursos para a Educação. Preocupa também a vinculação de gastos a um indicador como o PIB. O que acontecerá num futuro em que os gastos com Educação já não forem tão prioritários como agora, mas os gastos absolutos continuarem a crescer? Afinal, precisaríamos também de um Plano Nacional de Saúde, um de saneamento e assim por diante.

O PNE estabelece 20 metas educacionais que o país deverá atingir no prazo de 10 anos, tais como Educação pública, Creches, salário de Professores, erradicação do Analfabetismo, oferta de Ensino em tempo integral e outras. O problema é que essas metas foram estabelecidas de uma forma frouxa, assim como os meios para atingi-las. Não se definiu também o custo de cada uma dessas metas e suas respectivas proporções no total acrescido. Deve-se também estimar os gastos com pessoal (aumento de salários e novas contratações) e investimento, já que o primeiro tende a se incorporar de forma definitiva aos orçamentos da Educação. Assim, será necessária uma nova discussão em que o papel de cada meta será detalhado e orçado e definida a participação de estados e municípios. Afinal, estamos falando de um crescimento dos gastos de R\$ 207 bilhões (5% do PIB de R\$ 4,1 trilhões) o que é um enorme volume de recursos. Para se ter uma noção do que representa esse valor, o orçamento do Ministério da Educação hoje é de R\$ 85 bilhões.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Deve-se reconhecer que o Brasil tem feito um grande esforço para aumentar seus gastos públicos com Educação, tendo passado de 3,8% do PIB em 2000 para 5,3% em 2008, de acordo com a OCDE. A mesma agência nos informa que três países, Islândia, Coreia do Sul e Israel, que são os líderes em gastos públicos com Educação, não atingem 8% do PIB. Isso nos leva a pensar se não estamos indo longe demais, em vista de outras áreas carentes que poderiam também se beneficiar. Infelizmente, o PNE não tem um bom diagnóstico de nossos grandes problemas na área educacional, quais sejam a má qualidade do Ensino fundamental, as dificuldades do Ensino médio no que se refere a evasão e qualidade, e a baixa taxa de Escolarização do Ensino superior. O melhor entendimento dessas questões levaria a uma alocação mais eficiente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Informe Político

Data: 27/07/2012

Assunto: A Lei do Piso

Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE



“A Lei do Piso Nacional do Magistério não é uma lei de reajuste salarial.”

EDUARDO DESCHAMPS,

secretário da Educação, durante um seminário promovido pelo Ministério Público, ao frisar a posição que é consenso entre todos os membros do Conselho Nacional de Secretários da Educação, e que não deve agradar os professores da rede pública.